

Relações entre jornalismo e *fake news* a partir da disputa entre as narrativas de Ceticismo Político e O Globo sobre o caso Marielle Franco¹

Isabella Silva de Freitas MARIANO²
Ruth REIS³
Universidade Federal do Espírito Santo, UFES

RESUMO

Após as eleições estadunidenses de 2016, o termo *fake news* não somente entrou para o vocabulário jornalístico, como também se transformou em um problema global a ser enfrentado. No Brasil, a expressão ganhou mais presença nos noticiários após a disseminação de uma série de boatos sobre a vereadora Marielle Franco – assassinada em 14 de março de 2018. Para jornalismo, a questão é central, pois evoca um dos seus principais paradigmas: o compromisso com a verdade. Com o objetivo de identificar os sentidos que o debate sobre *fake news* ganha no campo jornalístico, analisamos um *corpus* compostos por textos publicados pelo blog Ceticismo Político e pelo jornal O Globo, entre 14 e 24 de março de 2018, adotando como método a análise de discurso.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, *fake news*, verdade, narrativa.

Introdução

Em janeiro de 2017, a CNN (*Cable News Network*) noticiou que os serviços de inteligência dos Estados Unidos possuíam um dossiê confidencial com informações comprometedoras a respeito do presidente recém-eleito Donald Trump⁴. De acordo com a notícia, o governo russo vinha chantageando Trump com diversas alegações constrangedoras, entre elas, a de que o presidente havia contratado prostitutas em uma viagem realizada a Moscou, em 2013, para performar um *golden shower* (isto é: urinar sobre alguém) na cama da suíte presidencial do hotel Ritz Carlton – onde Barack e Michelle Obama ficaram hospedados durante uma visita oficial à Rússia. Logo após o ocorrido, Trump realizou sua primeira conferência de imprensa desde sua eleição e, nela, disse a seguinte frase a um repórter da CNN: “Vocês são *fake news*”. A declaração do presidente fez com que a expressão fosse parar em diversas manchetes de jornais, desdobrando-a em uma série de outros acontecimentos discursivos.

1. Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

2. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestranda do curso de Comunicação e Territorialidades da Ufes, email: isabellasfm@gmail.com.

3. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), atuando no Curso de Graduação em Jornalismo e Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes, email: ruthdosreis@gmail.com.

4. A notícia foi publicada no dia 10 de janeiro, porém foi atualizada dois dias depois. Fonte: <https://edition.cnn.com/2017/01/10/politics/donald-trump-intelligence-report-russia/index.html>

A questão ganhou outros contornos quando organizações como a Comissão Europeia e a UNESCO (*The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation*) enquadraram as notícias falsas e a desinformação como um problema global a ser enfrentado. Segundo relatório da UNESCO sobre liberdade de expressão e mídia, a natureza das *fake news* “é determinada por conteúdo fraudulento em formato de notícias, bem como pela capacidade de se propagar tanto quanto, e em alguns casos, até mais do que, notícias autênticas” (UNESCO, 2018, p. 86, tradução nossa). Já o relatório da Comissão Europeia (2018) sobre o tema parte da noção de que a desinformação representa um fenômeno que vai muito além do termo *fake news*.

Como forma de lidar com o falseamento de notícias e a desinformação veiculada na internet, grupos independentes e sites jornalísticos têm realizado checagem de fatos e dados sobre notícias veiculadas em diversas plataformas – os serviços *fact-checking*. O Reporters’ Lab, da Universidade Duke, nos EUA, mapeou a existência de 149 serviços de *fact-checking* ativos, produzidos por unidades jornalísticas ou por organizações não governamentais. De 2014 até 2017, o número de serviços dessa natureza cresceu cerca de 200%. (STENCEL, M; GRIFFIN, R. 2018) No Brasil, são listados oito serviços providos por organizações jornalísticas e independentes⁵.

Embora a questão das *fake news* não seja nova, no Brasil, esse debate alcançou um de seus picos e ganhou mais presença nos noticiários com a disseminação de boatos sobre a vereadora Marielle Franco – assassinada a tiros, junto com o motorista Anderson Pedro Nunes, na noite do dia 14 de março de 2018. Marielle foi acusada ter sido casada com o traficante conhecido como Marcinho VP e de ter ligações com o Comando Vermelho. Tais boatos foram divulgados tanto pela mídia tradicional, quanto por blogs e páginas em redes sociais. Apesar da gravidade do caso, este foi um momento privilegiado para identificar os sentidos que o termo *fake news* agrega no campo jornalístico e fazer emergir o debate sobre uma questão central para este e que é um dos seus principais paradigmas: o compromisso com a verdade. Com o objetivo de dar conta dessa problemática, analisamos um *corpus* compostos por textos publicados pelo blog Ceticismo Político e pelo jornal O Globo, entre 14 e 24 de março de 2018. Adotamos como método de análise dos discursos, a partir do embasamento teórico proposto por Foucault (1998; 2008; 2014).

5. O Brasil conta com oito serviços: Agência Lupa; Aos Fatos; Boatos.org; É Isso Mesmo?; E-farsas; Seção Hoax do portal EBC; Truco; UOL Confere.

Empalavrando o mundo

Com a chamada *virada linguística*, que possibilitou a formação de novas bases para o desenvolvimento da filosofia ocidental e conseqüentemente das ciências humanas como um todo, as formas simbólicas e os processos cognitivos passaram a ocupar um lugar de destaque na compreensão e apreensão da vida em sociedade. A linguagem, portanto, ganhou um papel indispensável para a compreensão dos processos sociais e culturais, bem como de todas as relações que lhe são intrínsecas. Por essa linha, “conhecemos o mundo sempre de modo tentativo à medida que o designamos com palavras e o construímos sintaticamente em enunciados, à medida que o *empalavramos*” (DUCH apud MOTTA, 2013, p. 64). Os sujeitos existem por meio da linguagem, que por sua vez é construída por eles próprios. Motta (2013) parafraseando Lluís Duch, elucida tal matriz de pensamento:

Nós, seres humanos, prossegue o autor, dependemos da linguagem para conhecer, nomear e expressar tudo: empalavramos seguidamente o mundo recriando a realidade. Não existe vida humana à margem da palavra, conclui ele: a linguagem é a experiência humana essencial, torna o ser humano. Empalavramos o mundo porque essa é a forma humana de conhecer (MOTTA, 2013, p. 64).

Os estudos da linguagem logo nos levaram a um conceito que é chave para a compreensão dos entrelaçamentos entre esta e o mundo: o de discurso. Para Foucault (2008), o discurso é resultado das práticas que engendram a conexão entre a linguagem e as coisas do mundo, instituindo-as. A linguagem enquanto discurso “é interação, e um modo de produção social” (BRANDÃO, 2004, p. 11) que ocorre por meio da relação entre instituições, atores sociais, disciplinas e todo tipo de elemento que integra o corpo social. O discurso é, portanto, uma prática que, como todas as outras práticas sociais, está imersa nas relações de poder que as determinam. O jornalismo se apresenta como um desses elementos capazes de intervir na produção do discurso sobre inúmeras questões, como uma das maneiras de constituir o mundo.

Intrinsecamente, o jornalismo se vale de acontecimentos da experiência para produzir suas narrativas. Ou, ainda, é possível dizer que o jornalismo se vale de fatos e se coloca como responsável por anunciar (noticiar) os eventos do mundo. A partir de uma leitura discursiva do jornal, porém, pode-se afirmar que o jornalista nada mais é do que um produtor de discursos e que, de maneira nenhuma, suas escolhas, tanto de enredo, quanto de linguagem são aleatórias. Apesar de assumir e endossar o discurso da

objetividade, que é o falar sobre algo dado no mundo, o jornalismo só existe a partir de uma arbitrariedade, a partir da existência de um mediador no sentido mais estrito da palavra: aquele que intervém. Sodré chama essa característica de “arbítrio profissional” (2012, p. 23), referindo-se à competência do jornalista de definir o que é interessante e o que não é interessante de ser noticiado. A autoridade e credibilidade comumente relacionadas ao jornalismo, em especial aquele produzido por veículos de grande circulação, exacerbam muitas vezes o desvio que o jornalismo faz da sua própria retórica. É inclusive a partir da noção de que só conhecemos o mundo através da linguagem que podemos afirmar que a notícia é sempre um relato, ou seja, uma interpretação, um ponto de vista.

O sensacionalismo, a manipulação da notícia, a propaganda disfarçada são como irrupções maléficas da consciência jornalística, que não é imune às enormes pressões da mídia de entretenimento, ao enfraquecimento institucional de seus mecanismos de apuração do fato e à conseqüente perda de rigor na transposição do que já foi pactuado com o público-leitor como realidade-objetiva (SODRÉ, 2012, p. 43)

Independente de qual seja o teor e o conteúdo da informação, o jornalismo é capaz de produzir e compartilhar sentidos, por meio da produção de enunciados, isto é, de acontecimentos discursivos. Para Foucault (2008, p. 31), “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. Ele existe a partir de processos remissivos, sempre relacionado a um já-dito, ainda que esteja marcado por uma materialidade, pelo momento da enunciação. Em se tratando do jornalismo, portanto, ele é composto tanto por unidades materiais, que se relacionam a seu suporte institucional e à situação espaço-temporal em que se encontra; quanto por unidades discursivas, ou seja, por conceitos que remetem a outros enunciados. Apesar de não ser pura forma e signo, o “enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer” (FOUCAULT, 2008. p. 113). O enunciado é ele mesmo o que permite que determinados signos existam e que as regras de sua construção se atualizem.

Por ser capaz de exercer essa função enunciativa, as indústrias de mídia, dentro das quais se localizam os grandes jornais e canais de informação, são especialmente caracterizadas pela capacidade de “intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 2014, p. 42). Somado a isso, quando se encara os produtos

de mídia como resultado de intenções comerciais regulamentadas ou possibilitadas por acordos governamentais, nota-se que esse poder simbólico – isto é, o poder de transmitir, produzir e receber significados – é exercido também em articulação com outros poderes, como o econômico e o político. Resta-nos, a nós analistas, descrever esses acontecimentos e identificar não somente as estratégias discursivas utilizadas na transmissão da mensagem, mas também o não-dito, a memória presente nesses enunciados.

Narrando a verdade

Para refletirmos sobre essa disputa discursiva que se dá dentro e fora do jornalismo, e que envolve a circulação de uma série de enunciados, esbarramos portanto na necessidade de entender o conceito de verdade que vigora no jornalismo e de que maneira essa noção incide no fazer jornalístico e na produção de notícias. Foucault (2014) enxerga a oposição entre o falso e o verdadeiro como uma separação historicamente construída, reflexo daquilo que ele denomina de vontade de verdade. Para o autor, a vontade de verdade é um dos muitos procedimentos de exclusão que ordenam a produção dos discursos. Ela se apoia sobre um suporte e uma distribuição institucional, sendo “ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas” (2014, p. 16-17), como as práticas científicas, literárias, acadêmicas e religiosas.

Para que um discurso seja considerado verdadeiro, é preciso que obedeça a diversas regras, trazendo em si indicadores de verdade que o legitimam. Nesse sentido, a verdade “está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1998, p. 14). O conceito de verdade é um elemento caro às dimensões teórica e retórica do jornalismo, seja para demarcar seu campo de atuação, separando-o de outras narrativas, seja para agregar valor a sua existência e fortalecer sua legitimidade. É certo que esse debate nos leva de volta à sempre presente e insolúvel questão que separa o pensamento metafísico sobre a verdade como essência e similaridade a um real preexistente ou a verdade como acontecimento, produção que se manifesta a partir da linguagem e dos consensos que se formam no existir.

Para o campo do jornalismo, é a verdade metafísica que prevalece e ela se manifesta no compromisso com a objetividade, obtida por meio da similaridade entre o

fato e o relato que se produz a partir dele. Para que essa similaridade se expresse na narrativa, desenvolveu-se principalmente no século XX um fazer jornalístico que impõe determinados modos de obtenção dos dados relacionados aos fatos e sua materialização na forma do relato ou narrativa verbal. Por consequência, o jornalismo se afirma a todo o momento como portador dessa verdade preexistente, aquele que transmitirá a informação e comunicará os fatos. Esse posicionamento só é possível a partir da existência de uma espécie de pacto implícito entre o jornal e seu leitor, no qual

[...] figura a cláusula de que o discurso do jornalista deva ser crível para que o público lhe outorgue o reconhecimento da verdade. Essa credibilidade não nasce simplesmente de uma lógica do enunciado, e sim de uma hegemonia da enunciação, o que pressupõe uma luta ou um embate dos enunciados, de acordo com a variedade dos atores jornalísticos e extrajornalísticos no acontecimento (SODRÉ, 2012, p. 47).

Apesar de ser, na maioria das vezes, crível, a notícia jornalística nem sempre é verificável, podendo resultar na disseminação de notícias falsas. A expressão *fake news* ganhou força especialmente após Donald Trump acusar a CNN de veicular notícias falsas a seu respeito, durante o período eleitoral estadunidense de 2016. Desde então, a questão tem sido enquadrada pelo governo norte-americano como um problema a ser enfrentado. Outros governos e organizações independentes atentaram-se ao tema e, em março de 2018, a Comissão Europeia publicou um relatório com o objetivo de aconselhar iniciativas políticas de combate às *fake news* e à desinformação na internet⁶. A análise realizada parte do entendimento de que a desinformação representa um fenômeno que vai muito além do termo *fake news* e considera ainda que

esse termo foi apropriado e usado de forma enganosa por atores poderosos para rejeitar a cobertura que é simplesmente considerada desagradável. Desinformação, como é definida neste relatório, inclui todas as formas de informações falsas, imprecisas ou enganosas destinadas, apresentadas e promovidas para intencionalmente causar danos públicos ou com fins lucrativos (COMISSÃO EUROPEIA, 2018, p. 5, tradução nossa).

O falseamento e a manipulação informativa são estratégias discursivas utilizadas por diversos atores capazes de interferir na produção da verdade, inclusive pelo jornalismo. Contudo, apesar de alcançarem objetivos semelhantes, como a

6. O relatório foi elaborado por um grupo criado em janeiro de 2018 pela Comissão Europeia. Com 39 membros, o grupo é formado por pessoas de diversas áreas, incluindo acadêmicos, jornalistas, civis e integrantes de organizações de checagem de fatos.

desinformação, devem ser consideradas como categorias distintas. Em poucas palavras, a notícia jornalística é um “relato (micronarrativo) de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação” (SODRÉ, 2012, p. 71). A notícia falsa, portanto, seria aquela que não possui correspondência com o mundo dos fatos. Já manipulação informativa não implica necessariamente em uma mentira; ela faz referência a um ocultamento de informações. A desinformação seria o efeito que esses ruídos provocam no processo de comunicação da informação. “O que desinforma atua com a intenção de diminuir, suprimir ou impedir a correspondência entre a representação do receptor e a realidade original” (GOMES apud MEDITSCH, 2005, p. 33).

Ainda assim, os jornalistas buscam garantir a sua credibilidade e, para tanto, fazem uso de outras técnicas discursivas que produzem, a partir das notícias, efeitos de real e que lhe garantem ainda hoje um lugar de autoridade na produção de enunciados que circulam na sociedade. Esses efeitos são alcançados especialmente a partir do uso de elementos que conectem a informação distribuída pelo jornal com o mundo concreto, como as marcas de local e de tempo, por exemplo. Não obstante, o jornalismo também se vale de efeitos poéticos, responsáveis por gerar no leitor emoções tão fortes quanto pode gerar um livro ou um filme, como num cruzamento entre o factual e o ficcional.

Por entre as dobras do real e do imaginário, trafega a estrutura discursiva midiática, eclodindo num universo espetacular, fascinante, sobrecarregado de *look* que enreda o indivíduo num processo identificatório imaginário. Fuga do real? Antes, o encontro com um real que o satisfaz, em primeira instância, porque lhe possibilita a chance de experimentar a tristeza da mãe ao ver seu filho partir, a expectativa do encontro amoroso, a raiva diante da injustiça, a fala mansa e cheia de charme do enamorado... tudo como se estivesse acontecendo de fato (PAIVA, 2000, p. 114).

Essas emoções, frequentemente provocadas pelo jornalismo, são efeitos de uma performance dramática dos meios de comunicação, quase espetacular. “A linguagem jornalística é por natureza dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária” (MOTTA, 2005, p. 11). Desta maneira, as notícias produzidas pelo jornalismo habitam um local que paira entre o concreto e fantasia, entre a ficção e o fato. A este local, chamaremos de narrativa. Porém, diferente da trova, do romance e da contação de história, gêneros notadamente narrativos, o jornalismo busca esconder sua capacidade narrativa, concebendo até mesmo, em alguns casos, estratégias narrativas capazes de omitir o narrador, o jornalista e todos o conjunto de regras e instituições que lhe são

sustentáculo. Os jornais de forma geral fogem de sua aparência narrativa e reforçam seus discursos de imparcialidade e independência, colocando-se apenas como responsáveis pela descrição dos acontecimentos e pela entrega, ao leitor, da informação, tal qual um espelho. Questionando essa projeção institucional, Motta (2005) considera que notícias, reportagens e documentários são narrativas midiáticas fáticas e que é a partir da exploração dos fatos que os produtos de mídia dessa natureza alcançam o efeito base para seus discursos de objetividade: o efeito de real.

Uma narrativa pode ser definida como “um discurso que narra uma sequência de acontecimentos” (THOMPSON, 2011, p. 373). Isto posto, a narrativa jornalística está permeada por características comuns a qualquer outro tipo de narrativa. De maneira geral, sabemos desde Aristóteles⁷ que a estrutura de uma narrativa literária é formada pelas seguintes unidades: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho - considerando que nem sempre elas aparecem para o leitor nesta exata ordem. Narrador, enredo, espaço, tempo e personagens são outros elementos constitutivos de uma narrativa.

Em especial, a narrativa literária se constitui em torno da intriga e da tensão de duas forças. “Uma é a mudança, o inexorável curso dos acontecimentos, a interminável narrativa da ‘vida’ (a história), onde cada instante se apresenta pela primeira e última vez. É o caos que a segunda força tenta organizar” (TODOROV, 2006, p. 20-21). Busca-se, em seu desenvolvimento, o desfecho, a fim de estabelecer uma ordem para a intriga fundamental. O mesmo ocorre com a narrativa jornalística que encontra no fato noticioso, e por vezes cotidiano, sua própria intriga. São diversos os casos em que se pode observar empiricamente a performatividade dramática do jornalismo. Os escândalos políticos frequentemente se transformam em grandes enredos, com episódios e personagens produzidos pelos jornais.

A situação inicial de uma narrativa jornalística é, quase sempre, um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompe, desorganiza e transtorna. É, portanto, uma situação dramática desde o início, um conflito ou situação problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio, traz ambiguidades. Pode ser a falta ou o excesso de alguma coisa, pode ser uma inversão ou transgressão, pode ser um conflito manifesto ou implícito: um crime, um golpe, uma infração, um choque, um rompimento, uma anormalidade climática, a eclosão de um fenômeno físico ou social de impacto. (MOTTA, 2005, p. 5).

7. Em *Poética*, Aristóteles considera que o eixo dramático de uma narrativa é formado por clímax, premissa, desmedida, peripécia e reviravolta. Para Motta, *Poética* persiste como texto fundamental para debater uma série de “questões ainda hoje retomadas como pontos de partida das querelas conceituais, metodológicas e prático-operacionais sobre a narrativa” (2013, p. 45).

A diferença entre as narrativas literária e jornalística é que, no caso do jornalismo, os enredos e os personagens sempre possuirão um referencial no mundo histórico. A narrativa literária se apresenta, por si, como narrativa, como construção. Mesmo que se proponha a narrar eventos que ocorreram no mundo objetivo, a literatura está a todo momento evocando a subjetividade de um autor ou autora. Já a narrativa jornalística, não; ela se fixa e se desenvolve em sua aparência de real, ainda que seja apenas uma das formas de acessá-lo. “A historiografia e o jornalismo são exemplos da narrativa objetiva, relatos que pretendem se aproximar do real” (MOTTA, 2013, p. 89).

Ainda assim, o jornal se comporta como narrador a todo momento, seja por meio da atuação do repórter, do pauteiro ou do editor. Tal característica se manifesta em uma série de atividades intrínsecas ao fazer jornalístico como na seleção das vozes a serem ouvidas que, no cotidiano das redações hoje, são (desavisadamente) chamadas de personagens; na triagem dos aspectos principais de um acontecimento e de qual acontecimento noticiar; na escolha das palavras, da ordem, das falas em relevo e de toda sorte de informações apresentada em suas notícias e reportagens. O enquadramento ou o recorte que o jornal realiza sobre determinado assunto demonstra seu aspecto arbitrário, de intervenção. Essa narrativa, contudo, não tem se mostrado tão criativa quanto a literária, como observa Leal (2002), já que se encontra fortemente atravessada pelas condições internas de um fazer jornalístico.

Ao buscar de forma intensa pela credibilidade e pela verossimilhança, a narrativa jornalística se mostra marcada “pela estabilização de formas, fórmulas, padronizações que, ao se tornarem familiares aos leitores, ‘naturalizam’ o relato” (LEAL, 2002, p. 3). Porém, apesar de ter adquirido um papel importante na constituição e no enquadramento de questões sociais a partir de sua aparência de verdade, o jornalismo, tomado como processo e produto que se realiza por meio da linguagem, “não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica” (SODRÉ, 2012, p. 26). Ele não espelha o que se passa na sociedade, mas sim realiza uma interpretação e, por meio de suas narrativas, incide sobre a constituição do acontecimento social, entendendo “acontecimento” como uma produção do real, um tratamento do fato (SODRÉ, 2012).

Contextualizando: Caso Marielle Franco

Na noite do dia 14 de março de 2018, a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o motorista do carro em que estava, Anderson Pedro Nunes, foram assassinados a tiros na região central da capital carioca. Mulher negra, socióloga, militante dos Direitos Humanos, nascida e criada no Complexo da Maré, Marielle foi a mulher mais votada para o cargo de vereadora em todo o país em 2016. Integrava enquanto relatora, uma comissão, criada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, destinada a acompanhar e a avaliar o processo de intervenção federal na área de segurança pública do estado. No dia 16 de março, os jornais Folha de S. Paulo e O Globo divulgaram um comentário feito no Facebook pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) Marília Castro Neves, que continha informações falsas sobre Marielle, incluindo que a vereadora possuía ligação com a facção criminosa Comando Vermelho. O texto “Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é 'cadáver comum””, publicado na coluna de Mônica Bergamo da Folha de S. Paulo, foi base para a publicação do texto intitulado “Desembargadora quebra narrativa do PSOL e diz que Marielle se envolvia com bandidos e é ‘cadáver comum””, no site Ceticismo Político⁸.

O Globo x Ceticismo Político

Não se pretende, com este estudo, realizar uma checagem dos fatos ou identificar o grau de verdade nas notícias e textos veiculados pelos sites O Globo e Ceticismo Político. Buscaremos, em lugar disso, observar de que maneira os veículos empregaram o termo *fake news* após o assassinato da vereadora Marielle Franco e a quais conceitos ele remete, objetivando identificar os significados e sentidos que os veículos relacionam à expressão. Foram coletadas, a partir do buscador de notícias NewsMonitor⁹, 68 notícias publicadas no site de O Globo com o termo *fake news*, seja no título, seja no corpo da matéria, entre os dias 14 e 24 de março – o que compreende um período de 10 dias após o crime. Dessas 68 notícias, 15 eram sobre Marielle.

Já o site Ceticismo Político publicou cinco textos com o termo no mesmo período. Apesar de exibir um montante menor de publicações, o material produzido pelo

8. O Ceticismo Político nasceu em dezembro de 2017 como um blog opinativo para publicar análises com viés político de direita, feitas por Luciano Ayan, que antes publicava suas opiniões em outras plataformas, como em sua página no Facebook, hoje extinta. Com o tempo, o site passou a contar com colaboradores e se dividiu em três seções: análises, notícias e notas.

9. O NewsMonitor é uma plataforma que permite realizar buscas avançadas, num acervo com mais de 50 mil sites, a partir do uso de diversos filtros como período e local de publicação.

Ceticismo Político apresentou um alcance e uma capacidade de disseminação online maiores. Segundo pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), divulgada em reportagem de O Globo¹⁰, o site foi um dos principais disseminadores de boatos na Internet sobre Marielle Franco, durante a semana seguinte após seu assassinato.

Em 19 de março, O Globo publicou a notícia “Redes sociais não divulgam se houve punição a quem publicou informações falsas sobre Marielle”, na qual relaciona a noção de informação falsa com a de desinformação. No texto, lê-se: “A mudança mais visível em relação ao combate à desinformação no caso específico de Marielle foi feita pelo Google” e “A empresa [Google] também tem desenvolvido projetos para evitar a dissipação das chamadas ‘fake news’, como a de checagem colaborativa” (JULIÃO, 2018). Já Ceticismo Político, no texto “Petistas dizem que matéria da Veja sobre desembargadora é ‘fake news’... só por causa da foto”, também publicado em 19 de março, relacionou diretamente *fake news* à ideia de informação falsa. Nele, o site defende-se dizendo:

A matéria intitulada ‘Desembargadora diz que ‘Marielle estava engajada com bandidos’, publicada ontem pelo portal, foi acusada de ser mais uma notícia falsa, porém, como é óbvio, nenhum dos petistas leu o conteúdo. Primeiramente, o título da matéria não é falso. De fato a desembargadora disse isso. O que é falso, neste caso, é a própria afirmação dela sobre Marielle (CETICISMO POLÍTICO, 2018).

Tais alegações nos permitem identificar de que forma Ceticismo Político lida com informações não verificáveis. Dizer que Marielle possuía relação com o Comando Vermelho não é o mesmo que dizer que uma magistrada afirmou tais coisas. No primeiro caso, para Ceticismo Político, se trataria de uma notícia falsa e, no segundo, de uma informação, uma notícia verificável, obtida a partir da declaração de uma autoridade: a desembargadora de fato fez aquelas afirmações.

No dia 23 de março, O Globo publicou a reportagem “Como ganhou corpo a onda de *fake news* sobre Marielle Franco”, assinada por Gabriel Cariello e Marco Grillo, que traz ainda uma entrevista com o MBL. Nela, os jornalistas utilizam “boato” e “falsas acusações” como sinônimos para o termo em inglês. No texto, é possível identificar uma estratégia para conferir legitimidade à reportagem: a voz dos

10. Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/como-ganhou-corpo-onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-22518202>.

especialistas, representada, neste caso, por uma pesquisa realizada pelo Labic¹¹. Em 22 de março, Ceticismo Político antecede a reportagem de O Globo com a publicação “Jornal O Globo tenta armar arapuca para MBL e Ceticismo Político, mas cai do cavalo”. O texto atribui novamente a ideia de *fake news* a uma notícia falsa, com afirmações falsas. Nele, é possível ler:

Se a reputação do Jornal O Globo tem sido contestada pelo excesso de notícias falsas publicadas, eles agora resolveram fazer o mesmo papelão já feito pelo El País e usar o recurso da falsa acusação de notícia falsa. [...] O post de fato viralizou, mas no fundo não passa de uma citação a um post de Mônica Bergamo, para a Folha. [...] No post do Ceticismo Político não há praticamente nada além do que já está no post de Mônica Bergamo (CETICISMO POLÍTICO, 2018)

Trata-se de uma disputa discursiva em que ambos fazem uso de estratégias narrativas semelhantes. Tanto Ceticismo Político, quanto O Globo buscam definir o que são *fake news*, na direção de afastar-se do termo por reconhecer sua carga negativa. Os dois também admitem, ao acusarem outros veículos de propagarem *fake news*, que é possível dar uma aparência de verdade a um fato não verificável – ou seja, que é possível produzir uma “verdade”, entendida como narrativa credível. Quando se defende acerca da disseminação de notícias falsas, Ceticismo Político foca no texto, na palavra, na veracidade linguística das frases. A mentira foi proferida por outrem e, neste caso, por uma desembargadora - o que acaba se tornando seu álibi. Este é, aliás, um recurso comum no fazer jornalístico: deixar que a fonte fale, eximindo-se da responsabilidade da fala. Foi esse mesmo recurso que fez com que, em 16 de março, O Globo publicasse o comentário calunioso da desembargadora. Ainda assim, o jornal traz a ideia de desinformação, colocando em evidencia o lugar de produção da notícia: quem é capaz de fazer circular informações confiáveis? Para O Globo, a resposta é simples e óbvia: o jornalismo.

Apesar de carregarem estruturas narrativas similares, é importante ter em mente, nesta análise, os locais de enunciação. Um, O Globo, coloca-se como jornalismo; o outro, Ceticismo Político, como um site opinativo também capaz de noticiar os eventos do mundo – uma vez que conta com uma seção de notícias. Conforme alerta Foucault, “o fato de duas enunciações serem exatamente idênticas, formadas pelas mesmas palavras usadas no mesmo sentido, não autoriza a que as identifiquemos de maneira

11. Criado em 2007, Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) é vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e realiza pesquisas sobre o impacto da cultura digital nos processos e práticas de comunicação contemporânea.

absoluta” (2008, p. 161). Ou seja, por mais que os dois veículos empreguem o termo *fake news* de uma maneira semelhante, importa dizer que, em interação e enquanto antes que interferem no corpo social e no curso dos acontecimentos, se posicionam de modo antagônico. Acusam-se mutuamente de não portarem a verdade e, com isso, afirmam serem eles mesmos os detentores dela.

Considerações Finais

Apesar de o termo *fake news* ter entrado recentemente no vocabulário do jornalismo ocidental, o falseamento de notícias não é algo novo e se vale justamente do pacto implícito que existe entre o jornal e o leitor: o de que o jornalista dirá a verdade. O que ocorre com a notícia falsa é que ela parece trazer uma novidade extraordinária que se conecta às pulsões mais secretas dos leitores. A afirmação de que Marielle possuía ligação com o Comando Vermelho funcionou como um episódio novo e picante na narrativa sobre sua morte, episódio que está no coração das disputadas e polarizações políticas que ocorrem no Brasil de hoje.

Essa constatação reitera o que um dos maiores levantamentos já feitos sobre a disseminação de *fake news* na Internet identificou: que a novidade é um fator importante. A pesquisa revelou que “notícias falsas foram percebidas como mais originais do que as notícias verdadeiras, o que sugere que as pessoas são mais suscetíveis a compartilhar informações novas” (VOSOUGHI, S, et al, 2018, p. 1146, tradução nossa). A nova intriga é afetiva, dramática. Essa relação essencialmente humana com a informação e com os acontecimentos sociais reflete outra conclusão que esse mesmo estudo apresentou, a de que os perfis humanos são mais responsáveis pela notável propagação das *fake news* – uma vez que os famosos *bots* aceleram a divulgação de notícias falsas e de notícias verdadeiras na mesma proporção.

Os dois veículos de comunicação analisados neste artigo empregam o termo *fake news* de forma semelhante, apesar de se situarem em posições diferentes nesta disputa. Para ambos, *fake news* são notícias falsas, que carregam falsas acusações e falsas informações, isto é, informações inverificáveis. Porém, como pontua Ortellado,

A maior parte do que é produzido regularmente por esses sites [de notícias falsas] são matérias recheadas de pequenas distorções: exageros, manchetes apelativas, sensacionalistas ou em desacordo com o texto, especulações apresentadas como fatos, falsas atribuições e uma miríade de outros procedimentos de fraude e logro. O uso do termo “notícias falsas” aponta só

para a ponta mais extrema e visível de um problema que é maior e mais nuançado (ORTELLADO, 2018).

Delimitar o jornalismo como oposto de *fake news*, como a lente capaz de separar o que é verdade e o que é falso, tem sido o caminho escolhido por diversos veículos da mídia tradicional, como O Globo. Seguir por esse caminho nos faz retornar à falácia da objetividade jornalística. Contudo, negar a importância de um jornalismo ético e plural diante de eventos como os boatos sobre Marielle é irresponsável. Desta disputa, convém compreender que o falseamento e a desinformação são estratégias utilizadas na formação de diversos discursos, tanto do discurso jornalístico, quanto do político; e que a produção da verdade de nosso tempo se realiza num ecossistema midiático múltiplo e ruidoso, que trouxe vozes antes inexistentes ou pouco eloquentes e que hoje participam do dispositivo de produção da vida cotidiana e, por conseguinte, da produção da verdade. A amplificação desse ecossistema agiganta também determinadas estratégias que, embora eticamente discutíveis, sempre estiveram presentes nas interações, como as de falseamento, e apontam ainda para a necessidade de uma renovação das astúcias dos que interagem e participam do atual sistema de comunicação ou, em outras palavras, de uma nova literacia comunicacional.

REFERÊNCIAS

BERGAMO, M. **Desembargadora diz que Marielle estava engajada com bandidos e é ‘cadáver comum’**. Folha de S. Paulo, 16 mar. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/03/desembargadora-diz-que-marielle-estava-envolvida-com-bandidos-e-e-cadaver-comum.shtml>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

CARIELLO, G; GRILLO, M. **Como ganhou corpo a onda de ‘fake news’ sobre Marielle Franco**. O Globo, Rio de Janeiro, 23 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/como-ganhou-corpo-onda-de-fake-news-sobre-marielle-franco-22518202>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

CETICISMO POLÍTICO. **Petistas dizem que matéria da Veja sobre desembargadora é “fake news”... só por causa da foto**. 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.ceticismopolitico.org/petistas-dizem-que-materia-da-veja-sobre-desembargadora-e-fake-news-so-por-causa-da-foto/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

_____. **Jornal O Globo tenta armar arapuca para MBL e Ceticismo Político, mas cai do cavalo**. 22 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.ceticismopolitico.org/jornal-o-globo-tenta-armar-arapuca-para-mbl-e-ceticismo-politico-mas-cai-do-cavalo/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. **A multi-dimensional approach to disinformation**. Luxemburgo, Bélgica: mar 2018. Disponível em: <http://ec.europa.eu/newsroom/dae/document.cfm?doc_id=50271>.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
_____. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LEAL, B. S. **Do testemunho à leitura**: aspectos da evolução do narrador jornalístico, hoje. UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/leal-bruno-narrador-jornalismo.pdf>>.

MEDITSCH, E. **A desinformação política na campanha eleitoral de 2002**: o programa de governo de Lula na propaganda e no jornalismo eletrônicos. *Comunicação & Sociedade*, v. 26, n. 43, p. 29-45, 2005.

MOTTA, L. G. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>.

_____. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

JULIÃO, L. G. **Redes sociais não divulgam se houve punição a quem publicou informações falsas sobre Marielle**. O Globo, Rio de Janeiro, 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/redes-sociais-nao-divulgam-se-houve-punicao-quem-publicou-informacoes-falsas-sobre-marielle-22505617>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

ORTELLADO, P. **Três desafios para regular a circulação de notícias falsas**. Colunas e Blogs. Folha de S. Paulo, 16 jan. 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2018/01/1950799-tres-desafios-para-regular-a-circulacao-de-noticias-falsas.shtml>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PAIVA, R. **Histeria na mídia**. A simulação da sexualidade na era digital. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

SODRÉ, M. **A Narração do Fato**: Notas para uma Teoria do Acontecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

STENCEL, M; GRIFFIN, R. **Fact-checking triples over four years**. Duke Reporters' Lab, 22 fev. 2018. Disponível em: <<https://reporterslab.org/fact-checking-triples-over-four-years/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

TODOROV, T. **As estruturas narrativas**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

THOMPSON, J. **Ideologia e Cultura Moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

UNESCO; Universidade de Oxford. **World Trends in Freedom of Expression and Media Development Global Report 2017/2018**. Paris: França, 2018. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002610/261065e.pdf>>.

VOSOUGHI, S; ROY, D; ARAL, S. **The spread of true and false news online**. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. Disponível em: <<http://ide.mit.edu/sites/default/files/publications/2017%20IDE%20Research%20Brief%20False%20News.pdf>>.